

## **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

##### **1.1 Atividades das empresas do grupo**

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2011 a empresa não esta em operação.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

Em 2011 e 2010, a receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE. A partir do 2º trimestre de 2010, a companhia voltou a participar em licitações públicas para a realização de obras nas áreas federal, estadual e municipal, o que possibilitará aumentar as projeções de sua receita.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, em 6 de abril de 2005, juntamente com a Constran S/A – Construções e Comércio, constituíram consórcio, com participação de 50% (cinquenta por cento) cada, para realização de um projeto solicitado pela Companhia Vale do Rio Doce. O consórcio possui como objeto a prestação dos serviços de instalação do Mineroduto, entre os Municípios de Paragominas e Barcarena, ambos localizados no Estado do Pará - PA, envolvendo obras civis e montagem mecânica, pelas Consorciadas. A Constran S/A – Construções e Comércio foi definida como sendo líder desse consórcio.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, em 28 de dezembro de 2007, juntamente com a Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A., constituíram consórcio, com participação de 40% (quarenta por cento) para a Azevedo & Travassos e 60% (sessenta por cento) para a Mendes Junior, para realização de um projeto solicitado pela Sinopec International Petroleum Service Corporation. O consórcio possui como objeto a construção do gasoduto Cacimbas-Catu, entre os Municípios de Itajuípe e Valença, ambos localizados no Estado da Bahia - BA, envolvendo obras civis e montagem mecânica, pelas Consorciadas. A Mendes Junior Trading e Engenharia S/A foi definida como sendo líder desse consórcio.

## **1.2 Estratégia operacional**

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) Com o equacionamento de seus débitos fiscais e a obtenção de toda documentação legal necessária, participar ativamente de licitações e a prestar serviços para órgãos públicos, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Baseado na expectativa de mercado pretende-se inicialmente elevar o faturamento da empresa e seu resultado.
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada desde 1998 para a ATE, onde pretende faturar no exercício de 2012 cerca de R\$ 300.000 , seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e consolidar seus débitos, pelos valores efetivamente devidos.
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade.
- g) A empresa possui quatro precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 4.859. É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.

- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas financeiras adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros conseqüentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas contratuais e os custos efetivos incorridos referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidos no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

No encerramento do exercício, a sua controlada destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a sua controlada se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

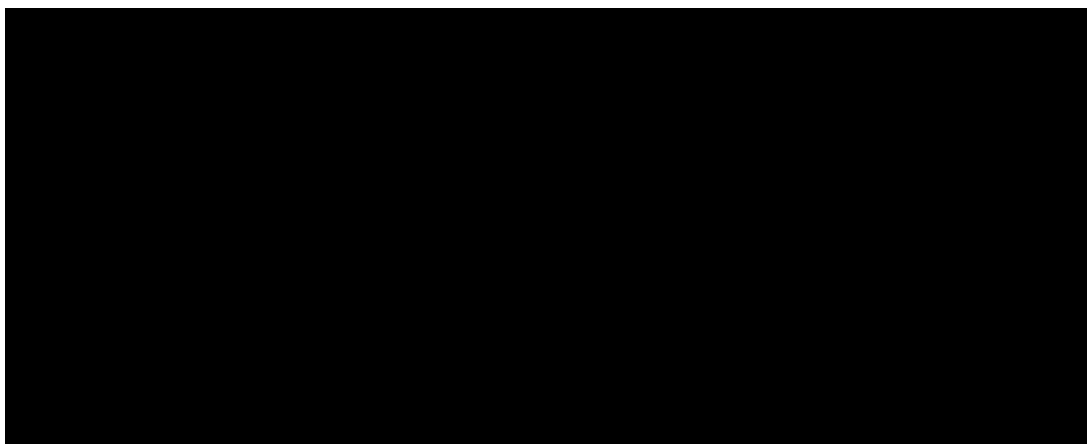
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Remuneração média mensal em 2011	Controladora		Consolidado	
Instituição	Tipo de aplicação		2011	2010	2011	2010
▪ Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	100,0% CDI	455	-	2.968	9.179
Banco Itau	COMPROMISSADA DI	102,4% CDI	2.379	-	4.601	-
Outros			-	-	540	452
			2.834	-	8.109	9.631
▪ Caixa e bancos						
			111	123	384	1.117
			2.945	123	8.493	10.748

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

#### 5. CLIENTES



(a) No consolidado em 2010, 87% do valor de R\$ 71.494 refere-se a serviços executados a faturar da obra gasoduto Gasbel -RJ, tendo ocorrido o faturamento e recebimento em janeiro de 2011.

#### 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Estoque de material de construção e peças de manutenção	-	-	4.125	2.699
Material de revenda	-	-	700	209
	-	-	4.825	2.908



## 7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Azevedo & Travassos S.A.	6.307	6.143	6.307	6.143
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	182	1.384
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.199	1.105
	<u>6.307</u>	<u>6.143</u>	<u>7.688</u>	<u>8.632</u>

Foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo circulante dois terrenos sendo um de 30.937,00 m2 (R\$ 2.484 em 2010) e outro de 22.560,00 m2 (R\$ 3.623 em 2009), tendo como destino a construção e posterior comercialização. Posteriormente, foram investidos em 2011 R\$ 164 (R\$ 37 em 2010).

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas pagas antecipadamente	-	-	671	528
Impostos a recuperar (a)	684	-	856	387
Caução de aluguel	-	-	208	153
Adiantamento a fornecedores	-	-	339	-
Conta corrente Consórcio (nota 20 a1)	-	-	393	2.926
Outras contas a receber	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>310</u>	<u>141</u>
	<u>687</u>	<u>15</u>	<u>2.777</u>	<u>4.135</u>

(a) Parte do valor em 2011 de R\$ 856 (R\$ 387 em 2010) no consolidado trata-se de créditos de INSS, ICMS, COFINS e PIS.

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Azevedo & Travassos Engenharia I	99,95	99,95	43.601	39.478	4.122	15.016
Total			43.601	39.478	4.122	15.016

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 2011 e 2010.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 43.624 (R\$ 39.500 em 2010) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 4.124 (R\$ 15.024 em 2010).

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		resultado do exercício	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	3.256	284	2.973	273
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			3.266	294	2.973	273

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2011	2010	2011	2010
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	3.247	274	2.974	273
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	10	10	-	-
	3.257	284	2.974	273

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Operações:				
- Receita bruta de serviços (a)	13.114	13.682	-	-
- Transferência de terreno (b)	-	-	2.550	2.550
- Juros S/ Capital distribuído (c)	-	-	1.906	1.282
- Juros S/ Capital a distribuir (c)	-	-	529	328

(a) Em 2011 e 2010, as operações com a controladora Azevedo & Travassos S.A., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(b) Em 13 de outubro de 2008 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, um lote de 9.154m<sup>2</sup>, por R\$ 1.500, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 13 de outubro de 2009, prorrogado o vencimento para 30 de junho de 2012.

Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m<sup>2</sup>, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 30 de dezembro de 2012.

(c) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria, registrou juros sobre o capital próprio em 2011 de R\$ 2.436 (R\$ 1.510 em 2010), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2011 ficou saldo a pagar de R\$ 530, relativo ao 4º trimestre de 2011.

- Honorários dos administradores e benefícios a funcionários.

A companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações (conforme item 13.3 e 13.4 do formulário de referência).

## 11. IMOBILIZADO

		31/12/2011			Controladora 31/12/2010
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	2.783	(1.001)	1.782	1.109
Máquinas e equipamentos	10	733	(403)	330	403
Outros	10	167	(154)	13	2
		3.683	(1.558)	2.125	1.514
Terrenos		845	-	845	828
Reavaliação de terrenos e edifícios		12.818	-	12.818	12.818
		17.346	(1.558)	15.788	15.160

		31/12/2011			Consolidado 31/12/2010
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	2.842	(1.034)	1.808	1.137
Máquinas e equipamentos	10	28.306	(14.421)	13.885	12.270
Veículos	10	10.533	(3.191)	7.342	6.444
Outros	10	6.236	(2.969)	3.267	3.867
		47.917	(21.615)	26.302	23.718
Terrenos		845	-	845	828
Reavaliação de terrenos e edifícios		12.818	-	12.818	12.818
		61.580	(21.615)	39.965	37.364

### A mutação do saldo do imobilizado:

		Controladora			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2011
Edifícios e benfeitorias	2.016	766	-	1	2.783
(-) Depreciação Acumulada	(907)	(94)	-	-	(1.001)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(330)	(73)	-	-	(403)
Outros	153	14	-	-	167
(-) Depreciação Acumulada	(151)	(1)	-	(2)	(154)
Terrenos	828	17	-	-	845
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	-	12.818
	15.160	629	-	(1)	15.788

### A mutação do saldo do imobilizado:

		Consolidado			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2011
Edifícios e benfeitorias	2.075	766	-	1	2.842
(-) Depreciação Acumulada	(938)	(96)	-	-	(1.034)
Máquinas e equipamentos	24.667	3.660	(187)	166	28.306
(-) Depreciação Acumulada	(12.397)	(2.170)	176	(30)	(14.421)
Veículos	9.007	2.099	(648)	75	10.533
(-) Depreciação Acumulada	(2.563)	(960)	351	(19)	(3.191)
Outros	6.788	659	(981)	(230)	6.236
(-) Depreciação Acumulada	(2.921)	(545)	460	37	(2.969)
Terrenos	828	17	-	-	845
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	-	12.818
	37.364	3.430	(829)	-	39.965

- **Custo Atribuído (deemed cost)**

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, principalmente em função do aumento do volume de investimentos e aquisições feitos pela empresa nos últimos anos.

## 12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2011			Consolidado 31/12/2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	1.653	(1.009)	644	520
		<u>1.653</u>	<u>(1.009)</u>	<u>644</u>	<u>520</u>

**A mutação do saldo do intangível:**

	31/12/2010				Consolidado 31/12/2011
		Adições	Transferências	Baixas	
Softwares	1.329	324	-	-	1.653
(-) Amortização Acumulada	(809)	(200)	-	-	(1.009)
	<u>520</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>644</u>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2011	31/12/2010
. Capital de giro	1,10 a.m.	Janeiro de 2012 a Outubro de 2014	5.569	14.676
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	4.250	-
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2012 a Junho de 2016	1.404	895
. Arrendamento mercantil	1,40% a.m.	Janeiro de 2012 a Setembro de 2016	4.045	2.484
			<u>15.268</u>	<u>18.055</u>
Menos - parcela do circulante			<u>11.107</u>	<u>15.260</u>
Parcela a longo prazo			<u>4.161</u>	<u>2.795</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

#### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	234	499	2.337	12.072
Parcelamentos ( ICMS - ES)	-	-	-	301
Parcelamentos (FGTS)	152	436	152	436
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	5.629	4.001
	<u>386</u>	<u>935</u>	<u>8.118</u>	<u>16.810</u>
Longo prazo				
Parcelamentos ( ICMS - ES)	-	-	-	704
Parcelamentos (FGTS)	-	145	-	145
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	7.105	12.317
	<u>-</u>	<u>145</u>	<u>7.105</u>	<u>13.166</u>
Composição do parcelamento (Lei 11941)	Ano		31/12/2011	
	2.012		5.629	
	2.013		3.589	
	2.014		645	
	2.015		615	
	2.016		615	
	2.017		615	
	2.018		615	
	2.019		411	
			<u>12.734</u>	
Menos -parcela do curto prazo			<u>(5.629)</u>	
Parcelas a longo prazo			<u>7.105</u>	

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a companhia, aderiu ao programa de reparcimento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

## 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Conta corrente Consórcio (nota 20.a1)	-	-	670	3.557
Seguros a pagar	-	-	653	553
Contas a pagar fornecedores consórcio (nota 20.a1)	-	-	-	387
Adiantamento de clientes (a)	-	-	4.369	3.850
Custos de obras em andamento	-	-	-	1.500
Outras	183	221	179	245
	183	221	5.871	10.092
Menos – parcela do circulante	81	90	5.099	6.404
Parcelas a longo prazo	102	131	772	3.688

(a) Adiantamento recebido de clientes (Comgás e Eldorado Celulose) por previsão contratual.

## 16. PATRIMONIO LIQUIDO

### Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está composto por 9.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011 (9.000 em 31 de dezembro de 2010) e 18.000.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011 (18.000 em 31 de dezembro de 2010), sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações em 31 de dezembro de 2011 (27.000 ações em 31 de dezembro de 2010). As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 29 de abril de 2011 foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/1000 de forma que cada ação passará a ser representada por 1.000 (hum mil) ações.

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.393	16.023	7.647	23.501
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	(3.431)	(321)
Adições:				
- Provisão não dedutível	59	1.544	59	4.517
- Despesas indedutíveis	8	-	856	34
Exclusões:				
- Redução encargos Lei 11941-parcelamento	187	-	111	-
- Realização Provisão não dedutível ano anterior	-	-	(2.360)	-
- Equivalência	(4.122)	(15.016)	-	-
- Prejuízo Fiscal	(757)	(766)	(757)	(766)
Base de cálculo	1.768	1.785	2.125	26.965
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(580)	(583)	(691)	(9.107)
Incentivo fiscal	13	-	256	91
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	(457)	(48)
Outros	-	-	(306)	-
Prejuízo Fiscal -Lei 11941 (nota 20 e)	(121)	-	(121)	-
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	2.400	-	2.400	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.712	(583)	1.081	(9.064)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(28)	729	(648)	1.740
	1.684	146	433	(7.324)

(a) Foram registrados em 2011 e 2010 para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, e tendo sido realizados em 2012 e 2011, respectivamente.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.



## 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários e encargos	4.430	3.929	7.941	6.571
Serviços contratados de terceiros	304	490	2.860	2.613
Outros	709	899	2.518	3.104
Total	5.443	5.318	13.319	12.288

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios (mencionado na notas explicativas 1.1) está demonstrado no passivo consolidado e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

#### a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda assumiu e parcelou dívidas de fornecedores do Consórcio. Esses valores estão assim representados no balanço consolidado dentro do item Outras Contas a Pagar:

	2011	2010
Passivo Circulante	-	387
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>387</b>

Em 31 de dezembro de 2011, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 36.766 (R\$ 39.084 em 2010), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.383 (R\$ 19.542 em 2010).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2011 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2011		2010	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/11	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/10	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%
Receitas	173.538	86.769	173.538	86.769
Despesas	210.304	105.152	212.622	106.311
Prejuízo do consórcio	<b>(36.766)</b>	<b>(18.383)</b>	<b>(39.084)</b>	<b>(19.542)</b>
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio				
		<b>17.713</b>		<b>15.985</b>
Saldo da conta corrente Consórcio		<b>(670)</b>		<b>(3.557)</b>

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2011, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 20.222 (R\$ 22.048 em 2010), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 8.089 (R\$ 8.819 em 2010).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. Em 2010 e 2011 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do Consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2011		2010	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/11	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/10	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%
Receitas	396.999	158.799	396.999	158.799
Despesas	376.777	150.710	374.951	149.980
Lucro do consórcio	<b>20.222</b>	<b>8.089</b>	<b>22.048</b>	<b>8.819</b>
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio				
		<b>(7.696)</b>		<b>(5.893)</b>
Saldo da conta corrente Consórcio		<b>393</b>		<b>2.926</b>

**b) REFIS Federal**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo Circulante	238	148	238	148
Passivo Não Circulante	46.765	46.372	46.765	46.372
<b>Total</b>	<b>47.003</b>	<b>46.520</b>	<b>47.003</b>	<b>46.520</b>

- I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.
- II) Pela Instrução Normativa da CVM nº. 346/00 a empresa optou por não registrar em 31 de dezembro de 2011 a dívida ao seu valor presente, calculado em cerca de R\$ 3.167 (R\$ 2.750 em 2010), utilizando as seguintes premissas:
- valor da receita bruta projetada para o exercício R\$ 15.848 corrente
  - percentual de amortização da dívida: 1,2% da receita bruta
  - valor da prestação: R\$ 190 ao ano
  - valor atual da dívida registrada contabilmente: R\$ 47.003
  - prazo estimado para amortização: 247 anos
  - taxa média de retorno: 6% a.a.
  - valor presente da dívida: R\$ 3.167

**c) Precatórios a receber**

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 20 de outubro de 2003 e em 29 de dezembro de 2004, a Empresa assinou dois Instrumentos Particulares de Promessa de Cessão e Transferência de Direitos Creditórios com a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. recebendo em transferência precatórios para liquidação de contas a receber de mútuo. Em 15 de dezembro de 2010 os precatórios foram transferidos novamente para a Azevedo & Travassos S.A., pelo valor do saldo contábil de R\$ 2.882, a título de distribuição de lucros. Em 31 de dezembro de 2011 foram atualizados apresentando um saldo de R\$ 4.859.

**d) Ações cíveis e trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2011, está provisionado o montante de R\$ 2.062 (R\$ 2.003 em 2010), e no consolidado R\$ 4.562 (R\$ 4.827 em 2010) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

- **Controladora**

					2011
Probabilidade de Perda	Processos				Provisão
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	540	-	-	540	540
Possível	1.632	151	-	1.783	1.522
Remota	15	2.011	-	2.026	-
<b>Total</b>	<b>2.187</b>	<b>2.162</b>	<b>-</b>	<b>4.349</b>	<b>2.062</b>

- **Consolidado**

					2011
Probabilidade de Perda	Processos				Provisão
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	1.755	5	-	1.760	1.760
Possível	3.497	1.685	1.864	7.046	2.802
Remota	2.789	2.418	2.605	7.812	-
<b>Total</b>	<b>8.041</b>	<b>4.108</b>	<b>4.469</b>	<b>16.618</b>	<b>4.562</b>

- **Controladora**

					2010
Probabilidade de Perda	Processos				Provisão
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	526	-	-	526	526
Possível	1.641	151	-	1.792	1.477
Remota	-	2.011	-	2.011	-
<b>Total</b>	<b>2.167</b>	<b>2.162</b>	<b>-</b>	<b>4.329</b>	<b>2.003</b>

- **Consolidado**

					2010
Probabilidade de Perda	Processos				Provisão
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	1.578	5	-	1.583	1.583
Possível	3.465	2.607	1.551	7.623	3.244
Remota	1.706	2.256	448	4.410	-
<b>Total</b>	<b>6.749</b>	<b>4.868</b>	<b>1.999</b>	<b>13.616</b>	<b>4.827</b>

	Controladora			Consolidado		
	Movimento			Movimento		
	2011	no exercício	2010	2011	no exercício	2010
Trabalhista (a)	1.911	59	1.852	2.872	(179)	3.051
Fiscal	151	-	151	1.690	306	1.384
Cível	-	-	-	-	(392)	392
<b>Total</b>	<b>2.062</b>	<b>59</b>	<b>2.003</b>	<b>4.562</b>	<b>(265)</b>	<b>4.827</b>

(a) Refere-se a reclamações trabalhistas, onde os funcionários estão pleiteando horas extras, adicionais salariais dentre outras.

**e) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social**

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008	36.673	
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		36.676
<b>Total do prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>36.673</b>	<b>36.676</b>
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)		3.301
Utilizado para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	(177)	(107)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2009	(60)	(21)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2010	(191)	(69)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2011	(189)	(68)
Utilizado como Ativo Fiscal Diferido (a)	(1.765)	(635)
<b>Total do ativo diferido não utilizado</b>	<b>6.786</b>	<b>2.401</b>

Trata-se de prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

- a) Em virtude da companhia estar gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Para suportar esse reconhecimento, a Administração da Companhia fundamentou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, que foi aprovado pelo Conselho de Administração. Esse estudo foi preparado seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

<b>Data base da Compensação</b>	<b>R\$ mil</b>	
	<b>Valor Original</b>	<b>Valor Presente</b>
2012	270	255
2013	283	252
2014	295	248
2015	309	245
2016	323	241
De 2017 a 2021	1.844	1.159
	<b>3.324</b>	<b>2.400</b>

**f) Cobertura de seguros**

A companhia efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros dos seus ativos contra incêndio, roubo, vendaval e responsabilidade civil (equipamentos e cobertura obras civis em algumas obras).

**g) Arrendamento Mercantil**

Em 31 de dezembro de 2011 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 4.045 (R\$ 2.484 em 31 de dezembro de 2010), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 5.726 (R\$ 3.435 em 2010), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2011	7	1.236
2012	1.736	870
2013	1.433	576
2014	1.207	423
2015	990	330
2016	353	
	<u>5.726</u>	<u>3.435</u>

**h) Ações Judiciais Ativas**

**h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.**

A companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior pela não exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS com valor estimado de R\$ 2.000.

A empresa obteve êxito na decisão de 1ª instância, e com isso o reconhecimento do seu direito creditório dos últimos 10 anos, bem como, os recolhimentos futuros com a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

**h.2) Ação DER/SP**

Na ação judicial ajuizada que foi julgada improcedente em primeira instância, os assessores jurídicos que patrocinam a demanda entendem que essa decisão é passível de reversão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados.

Já foi apresentado recurso de apelação contra essa decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos, apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

### **h.3) Ação para exclusão de INSS.**

A companhia vem pleiteando judicialmente a exclusão de INSS sobre verbas consideradas não salariais.

Nessas condições, obteve sentença parcial para afastar a incidência das contribuições previdenciárias , assegurando o direito de compensar os valores recolhidos desde 17 de dezembro de 2005.

### **h.4) Exclusão valores incluídos REFIS.**

A companhia em 28 de maio de 2009, apresentou pedido de revisão dos débitos consolidados no REFIS, objetivando, a exclusão de valores indevidamente consolidados, no montante de R\$ 1.949, em 31 de dezembro de 2011.

\* \* \*